

Estatutos da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães, Alverca do Ribatejo

Capítulo I

Da denominação, natureza e fins

Artigo 1.º

Denominação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães, Alverca do Ribatejo, também designada abreviadamente por APEE2/3PJM esta Escola é também sede do Agrupamento de Escolas EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães congrega e representa os Pais e Encarregados de Educação dos Alunos que frequentam a Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães em Alverca do Ribatejo.

Artigo 2.º

Natureza

1. A APEE2/3PJM é uma instituição sem fins lucrativos, com duração ilimitada, que se rege pelos presentes estatutos e regulamento Interno e, nos casos omissos, pela lei geral.
2. A APEE2/3PJM exercerá as suas actividades sem subordinação a qualquer ideologia política ou religiosa.

Artigo 3.º

Sede

A APEE2/3PJM tem a sua sede social na Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães, Rua Irene Lisboa, freguesia de Alverca do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira.

Artigo 4.º

Fins

1. São fins da APEE2/3PJM:
 - a) Promover a formação dos Pais e Encarregados de Educação, enquanto membros da comunidade educativa, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão de educadores e membros dos órgãos de gestão da escola;
 - b) Defender os interesses morais, culturais e físicos dos educandos;
 - c) Intervir no estudo e resolução dos problemas respeitantes à educação e juventude que se coloquem a nível do agrupamento de escolas ou local;
 - d) Pugnar pela dignificação do ensino em todas as suas vertentes;
 - e) Fomentar actividades de carácter pedagógico, formativo, cultural, científico, social e desportivo;

- f) Intervir, como parceiro social, junto de autarquias, autoridades e outras instituições, de modo a possibilitar e facilitar o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres que cabem aos Pais e Encarregados de Educação;
- g) Fomentar a colaboração efectiva entre todos os intervenientes no processo educativo, com finalidades convergentes ou complementares, salvaguardando a independência em relação a quaisquer organizações nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- h) Exercer actividades que, não dizendo respeito a aspectos meramente educativos, se relacionem com estes e com a defesa e apoio da instituição familiar;
- i) Promover, divulgar e defender a implementação e o respeito pela Carta Europeia dos direitos e responsabilidades dos Pais e Encarregados de Educação;
- j) Criar condições para a celebração de parcerias de âmbito cultural, científico e profissional.

2. Compete à APEE2/3PJM :

- a) Pugnar pelos justos e legítimos interesses das famílias na sua posição relativa à escola e à educação e cultura;
- b) Estabelecer o diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da escola;
- d) Promover o estabelecimento de relações com outras associações similares ou suas estruturas representativas, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação.

Capítulo II

Dos associados

Artigo 5.º

Associados

- 1. São associados da APEE2/3PJM os pais e os encarregados de educação dos alunos matriculados na Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães e que voluntariamente se inscrevam na Associação.
- 2. São Associados Honorários, Pessoas ou Entidades que prestem actos ou acções relevantes em prol da Associação e por aprovação em Assembleia Geral.

Artigo 6.º

Direitos e deveres

- 1. São direitos dos associados:
 - a) Participar nas assembleias-gerais e em todas as actividades da APEE2/3PJM;
 - b) Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da APEE2/3PJM;
 - c) Utilizar os serviços da APEE2/3PJM para a resolução dos problemas relativos aos seus filhos ou educandos, dentro do âmbito definido no Artigo quinto;
 - d) Serem mantidos ao corrente de toda a actividade da APEE2/3PJM;
 - e) Os Sócios Honorários podem participar na Assembleia Geral sem direito a voto.

2. São deveres dos associados:

- a) Cumprir os presentes estatutos;
- b) Cooperar nas actividades da APEE2/3PJM;
- c) Exercer, com zelo e diligência, os cargos para que forem eleitos;
- d) Pagar a jóia e as quotas que forem fixadas.

3. Perdem a qualidade de associados:

- a) Os pais ou encarregados de educação cujos filhos deixem de estar matriculados na Escola;
- b) Os que o solicitem por escrito;
- c) Os que infringirem o que se encontra estabelecido nos presentes estatutos;
- d) Os que não satisfaçam as suas quotas no prazo que lhes venha a ser comunicado.

Capítulo III

Dos órgãos sociais

Artigo 7.º

Órgãos

- 1. São Órgãos Sociais da APEE2/3PJM: a Assembleia-geral, o Conselho Executivo e o Conselho Fiscal.
- 2. Os membros da mesa da assembleia-geral, o Conselho Executivo e o conselho fiscal são eleitos anualmente, por sufrágio directo e secreto, pelos associados que componham a assembleia-geral.

Secção 1.ª

Assembleia-Geral

Artigo 8.º

Composição dos Órgãos de Gestão – Disposições particulares

- 1. A Assembleia-Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
 - a) A Assembleia Geral funcionará à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados. Se tal não se verificar, a Assembleia Geral iniciará os seus trabalhos trinta minutos após a hora marcada, qualquer que seja o número de associados presentes;
 - b) Cada associado ou seu representante só tem direito a um voto, qualquer que seja o número dos seus educandos. O mandato de representação será sempre apresentado por escrito à Mesa da Assembleia Geral;
 - c) Para a alteração dos estatutos ou demissão dos órgãos de gestão é obrigatório que a convocatória indique especificamente esse fim, sendo necessária a presença de, pelo menos, 20% dos associados e o voto favorável de, pelo menos, três quartos dos associados presentes.

Artigo 9.º

Mesa da Assembleia-Geral

- 1.a) A mesa da assembleia-geral terá um presidente e dois secretários (primeiro e segundo);

b) O presidente da mesa será substituído, na sua ausência, pelo primeiro secretário, e este pelo segundo.

Artigo 10.º

Reuniões

- 1.a) A assembleia-geral reunirá em sessão ordinária no primeiro período de cada ano lectivo para discussão e aprovação do relatório anual de actividades e contas e para eleição dos órgãos sociais;
- b) A assembleia-geral reunirá em sessão extraordinária por iniciativa do presidente da mesa, a pedido do presidente do conselho executivo, do presidente do conselho fiscal ou por petição subscrita por, pelo menos, vinte associados no pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 11.º

Convocatória

A convocatória para a assembleia-geral será feita com a antecedência mínima de oito dias, por circular enviada a todos os associados, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos.

Artigo 12.º

Competências

1. São atribuições da assembleia-geral:
 - a) Aprovar e alterar os estatutos;
 - b) Eleger e exonerar os membros dos corpos sociais;
 - c) Fixar anualmente o montante da jóia e da quota;
 - d) Discutir e aprovar o relatório de actividades e contas da gerência;
 - e) Apreciar e votar a integração da APEE2/3PJM em Federações e/ou Confederações de associações similares;
 - f) Exonerar associados sob proposta do Conselho Executivo;
 - g) Dissolver a APEE2/3PJM;
 - h) Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.

Secção 2.ª

Conselho Executivo

Artigo 13.º

Composição e vinculação

1. A APEE2/3PJM é gerida por um Conselho Executivo constituído por cinco associados: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.
2. A APEE2/3PJM apenas fica obrigada pela assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo obrigatória a do presidente.

Artigo 14.º

Reuniões

1. O Conselho Executivo reúne mensalmente e sempre que o presidente ou a maioria dos seus membros o solicite.
2. A Assembleia dos Representantes de Turma; reunirá ordinariamente com a Direcção uma vez por período escolar.
3. Os elementos dos órgãos de gestão são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas na Assembleia dos Representantes de Turma, excepto se lavrarem em acta o seu voto de vencido ou a sua declaração de voto.
4. Compete à Assembleia dos Representantes de Turma:
 - a) Fazer a ligação entre as turmas e a Direcção, dando parecer sobre as matérias que digam respeito ao funcionamento das turmas ou relativamente aos assuntos sobre os quais for consultado.
 - b) Solicitar a convocação da assembleia-geral mediante o pedido dos representantes de pelo menos um terço do total das turmas.

Artigo 15.º

Competências

1. Compete ao Conselho Executivo:
 - a) Prosseguir os objectivos para que foi criada a APEE2/3PJM;
 - b) Executar as deliberações da assembleia-geral;
 - c) Administrar os bens da APEE2/3PJM;
 - d) Submeter à assembleia-geral o relatório de actividades e contas anuais para discussão e aprovação;
 - e) Representar a APEE2/3PJM;
 - f) Propor à assembleia-geral o montante da jóia e da quota a fixar para o ano seguinte;
 - g) Admitir os associados;
 - h) Propor à assembleia-geral a exoneração de associados.

Secção III

Conselho Fiscal

Artigo 16.º

Composição

O conselho fiscal é constituído por três associados: um presidente e dois vogais.

Artigo 17.º

Competências

1. Compete ao conselho fiscal:
 - a) Dar parecer sobre o relatório de actividades e contas da direcção;
 - b) Verificar, periodicamente, a legalidade das despesas efectuadas e a conformidade estatutária dos actos da direcção.

Artigo 18.º

Reuniões

O conselho fiscal reúne uma vez por trimestre ou por solicitação de dois dos seus membros.

Artigo 19.º

Encarregados de Educação representantes de turma

1. Os Encarregados de Educação representantes de turma:
 - a) Reunirão ordinariamente uma vez por período escolar;
 - b) Reunirão ordinariamente com o presidente da assembleia-geral, o primeiro e o segundo secretários respectivamente da APEE2/3 PJM uma vez por período escolar;
 - c) Reunirão ordinariamente com um representante da Associação de estudantes da escola.
2. Os elementos do Conselho Executivo da APEE 2/3 PJM são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas nesse órgão, excepto se lavrarem em acta o seu voto de vencido ou a sua declaração de voto.
3. Compete aos Encarregados de Educação representantes de turma:
 - a) Fazer a ligação entre as turmas e o Conselho Executivo da APEE2/3JPM, dando parecer sobre as matérias que digam respeito ao funcionamento das turmas ou aos assuntos sobre os quais for consultado;
 - b) Solicitar à Direcção a convocação da assembleia-geral mediante o pedido dos representantes de, pelo menos, um terço do total das turmas.

Secção IV

Eleições

Artigo 20.º

Convocatória

1. Os membros dos órgãos sociais da APEE2/3PJM são eleitos anualmente por sufrágio directo e secreto.
2. As eleições efectuar-se-ão até 15 de Novembro, na reunião ordinária anual da assembleia-geral, que será convocada com a antecedência mínima de **15 dias úteis** e funcionará durante a assembleia como Assembleia Eleitoral.
3. Da respectiva convocatória constarão:
 - a) O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos;
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna.

Artigo 21.º

Caderno Eleitoral

1. Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos todos os que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Art.º 6.º, n.º 2, destes Estatutos.
2. Qualquer membro efectivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer filiado, devendo as reclamações dar entrada na sede da APEE2/3PJM até sete dias úteis antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.

3. As reclamações serão apreciadas pela Mesa da assembleia-geral até ao fim do segundo dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante, não havendo recurso desta decisão.

Artigo 22.º

Candidaturas

1. As listas candidatas deverão dar entrada na sede da APEE2/3PJM até **dez dias úteis** antes do acto eleitoral.
2. As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Art.º 5.º, destes Estatutos, em número não inferior a 11 membros efectivos.
3. Qualquer membro efectivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista.
4. Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, no qual se confirme a aceitação do cargo para que é candidato.
5. Será obrigatório, com a apresentação da lista, esta vir acompanhada de um Plano de Actividades para o mandato a que se candidata.
6. Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será o mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

Artigo 23.º

Votação

1. A votação efectuar-se-á por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição.
2. Haverá uma única mesa de voto presidida pela Comissão Eleitoral, que será composta pelos elementos da mesa da assembleia-geral, e mandatários das listas, sendo estes últimos estritamente observadores.
3. Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

Artigo 24.º

Acto de Posse

1. Os eleitos serão empossados em sessão pública de Acto de Posse que deverá decorrer logo a seguir à proclamação da lista vencedora ou até 15 dias após o acto eleitoral.
 - a) O Presidente da Mesa da assembleia-geral dará posse ao Presidente da Mesa da assembleia-geral eleito;
 - b) O novo Presidente da Mesa da assembleia-geral dará posse aos restantes membros eleitos.

Capítulo IV

Do regime financeiro

Artigo 25.º

Receitas

1. Constituem receitas da APEE2/3PJM, nomeadamente:

- a) As jóias e quotas dos associados;
- b) As subvenções ou doações que lhe sejam concedidas;
- c) A venda de publicações.
- d) Receitas provenientes de actividades no âmbito associativo;

Artigo 26.º

Vinculação e Movimentação

1. A APEE2/3PJM só fica obrigada pela assinatura conjunta de dois membros da direcção, sendo obrigatória a do presidente ou do tesoureiro.
2. As disponibilidades financeiras da APEE2/3PJM serão obrigatoriamente depositadas num estabelecimento bancário, em conta própria da associação.

Artigo 26.º

Dissolução

Em caso de dissolução, o activo da APEE2/3PJM, depois de satisfeito o passivo, reverterá integralmente a favor da entidade que a assembleia-geral determinar.

Capítulo V

Disposições gerais

Artigo 27.º

Ano Social

O ano social da APEE2/3PJM principia em um de Outubro e termina em trinta de Setembro.

Artigo 28.º

Exercício

Os membros dos corpos sociais exercerão os seus cargos sem qualquer remuneração ou subsídio.

Artigo 29.º

Transitório

Entre a aquisição de personalidade jurídica pela APEE2/3PJM e a primeira assembleia-geral que se realizar e que elegerá os seus primeiros órgãos sociais, esta será gerida por uma Comissão Instaladora constituída por cinco dos sócios fundadores eleitos na Assembleia Constituinte e coordenada por um eleito de entre eles.

Assembleia-Geral Constituinte realizada na Escola EB 2,3 Pedro Jacques de Magalhães, em Alverca do Ribatejo, no dia 25 de Março de 2009.